

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.538 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2002



Acordo com o FMI recebe elogios e críticas no Senado

A recuperação da tranquilidade na economia é prevista pelo senador Romero Jucá, enquanto Heloísa Helena teme falsa sensação de estabilidade, e José Jorge diz que ajuste não elimina risco eleitoral. Roberto Freire não garante a adesão do presidente eleito, Ademir Andrade afirma que a renegociação da dívida é o único caminho, e Eduardo Suplicy manifesta esperança na retomada do crescimento.

PÁGINA 3

Fórum inicia mobilização nacional para prevenir o colesterol elevado

A realização de um fórum ontem, no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, marcou a escolha da data de 8 de agosto como o Dia Nacional de Prevenção e Combate ao Colesterol Elevado. Projeto nesse sentido já foi apresentado pelo senador Benício Sampaio, que é cardiologista e considera importante conscientizar a população sobre o assunto.

PÁGINA 2



Maldaner propõe estímulo à oferta do primeiro emprego

Projeto apresentado por Casildo Maldaner permite que as empresas dobrem o número de contratações temporárias por prazo determinado, desde que o acréscimo decorra de oferta do primeiro emprego a jovens entre 18 e 25 anos.

PÁGINA 4

Tabelamento não é solução para preço do gás, diz José Jorge

PÁGINA 4

Emilia quer agências reguladoras agindo em defesa do consumidor



Cabral diz que sua proposta está em sintonia com a Constituição

Deficiente pode ter passe livre no transporte aéreo

Comissão de Assuntos Sociais vai examinar projeto de Bernardo Cabral que garante a carentes portadores de deficiência passe livre em viagens aéreas em todo o país.

PÁGINA 2

Deficientes poderão ter passagem aérea gratuita

Proposta de Bernardo Cabral está amparada em artigo da Constituição que prevê, para esse grupo da população, facilidade de acesso a bens e serviços

As pessoas portadoras de deficiência comprovadamente carentes poderão ter direito a passagem aérea gratuita em todo o país, conforme estabelece projeto de lei de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que deverá ser apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, ainda neste semestre.

O senador argumenta que a mudança proposta guarda uma perfeita sintonia com o art. 227 da Constituição, que prevê a criação de programas de prevenção

e de atendimento especializado para portadores de deficiência física, bem como facilidades de acesso a bens e serviços coletivos.

Entre os serviços públicos mais relevantes, lembra o parlamentar, encontram-se os sistemas de transporte. "Numa sociedade desigual como a brasileira, a distância que separa a renda dos trabalhadores do acesso aos bens e serviços é muitas vezes intransponível", assinala o parlamentar.

Bernardo Cabral observa que, freqüentemente incapazes de arcar com os custos tarifários das

várias modalidades de transporte, os portadores de deficiência tendem a ser involuntariamente levados a padrões sedentários de comportamento, em prejuízo de sua saúde física e mental.

— Privados do acesso aos serviços públicos de transporte, esses brasileiros, quando carentes, deixam de visitar parentes e amigos, de freqüentar reuniões sociais, de participar de eventos esportivos ou mesmo de obter atendimento médico especializado, muitas vezes distante de seus locais de moradia — afirma o senador.

Especialistas discutem formas de combate ao colesterol alto

O Senado sediou ontem, no Auditório Petrônio Portella, o Fórum Nacional de Combate ao Colesterol Elevado, que contou com a participação de especialistas em saúde, parlamentares e representantes de entidades civis. A data do encontro foi sugerida pelo senador Benício Sampaio (PPB-PI), autor de projeto de lei que institui 8 de agosto como o Dia Nacional de Prevenção e Combate ao Colesterol Elevado. O evento ocorreu, simultaneamente, em outras 12 cidades brasileiras.

— É importante estimular a população a entender que é preciso levar em conta os altos índices de colesterol como fator contributivo para uma série de doenças cardiovasculares — afirmou, acrescentando que, atualmente, as enfermidades dessa natureza representam a principal causa de mortes no Brasil. "Devemos lembrar ainda que essas doenças, além das perdas humanas e da incapacitação que geram, respondem por elevados custos para a saúde pública e priva-



Benício Sampaio disse que doenças cardiovasculares são a maior causa de mortes no país

da", frisou. Ele disse ser necessário conscientizar a população sobre os riscos do colesterol elevado.

O evento contou com palestras de Benício Sampaio; do presidente da Federação Mundial de Cardiologia, dr. Mário Maranhão; do presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), dr. Juarez Ortiz; da presidente do Departamento de Arteriosclerose da SBC, dra. Tânia Martinez; além de outros representantes do setor de saúde e do ator Lima Duarte.

Salão do Livro de Minas tem estande do Senado

O 3º Salão do Livro de Minas Gerais, que este ano homenageia o centenário dos escritores mineiros Carlos Drummond de Andrade e Emílio Moura, conta com um estande do Senado, reunindo publicações do Conselho Editorial e de legislação.

O evento, que fica aberto ao público até 18 de agosto, na Serraria Souza Pinto, em Belo Horizonte, pretende incentivar a leitura entre os mineiros e provocar o debate e a reflexão sobre as questões da criação, edição e divulgação do livro no Brasil. No dia 16, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) realiza o lançamento de três livros publicados pela Secretaria de Editoração e Publicações do Senado.

O Salão do Livro, promovido pela Câmara Mineira do Livro, a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria de Estado da Cultura, também procura incluir Belo Horizonte entre os centros de excelência de produção de literatura infantil, juvenil e adulta.



Em solenidade realizada ontem, diretores da Casa receberam os 29 novos consultores

Senado empossa aprovados em concurso para consultor

Os 29 consultores aprovados em concurso público do Senado Federal tomaram posse ontem, em solenidade no Auditório Petrônio Portella. Após a execução do Hino Nacional pelo Coral do Senado, os novos consultores assinaram o termo de posse e receberam as boas vindas dos diretores da Casa, Agaciel Maia, diretor-geral; Raimundo Carreiro, diretor da Secretaria Geral da Mesa; Sérgio Penna, consultor-geral da Consultoria Legislativa; José Rui Gonçalves Rosa, consultor-geral da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle;

João Carlos Zoghbi, diretor da Secretaria de Recursos Humanos; e Florian Madruga, diretor do Instituto Legislativo Brasileiro.

Agaciel Maia comparou o Senado a um automóvel que, no Império, andava devagar, que agora anda rápido e continua exigindo mais velocidade. Para atender à demanda, informou o diretor, foram implantados diversos projetos, como sistemas de informação e de comunicação. Agaciel defendeu a renovação dos quadros por meio de concurso público contra a idéia de terceirização.



MARINA SILVA RECEBE GRUPO DE EX-ESTUDANTES DE HARVARD

Doze ex-estudantes da universidade norte-americana de Harvard, em visita de duas semanas ao Brasil, foram recebidos pela senadora Marina Silva (PT-AC), antes de viajarem à Amazônia.

Questionada sobre como os Estados Unidos podem contribuir para preservar a Amazônia, Marina sugeriu que o Congresso norte-americano ratifique a convenção da diversidade biológica.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACORDO COM O FMI

Jucá prevê normalidade na economia brasileira

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), prevê a recuperação da tranquilidade na economia brasileira com a assinatura de novo acordo entre o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Outro mérito da iniciativa, conforme assinou, será o de imprimir lastro financeiro à gestão do próximo presidente da República, já que 80% dos US\$ 30 bilhões negociados só deverão ser liberados em 2003.

– Um acordo dessa magnitude, com a rapidez com que foi feito, demonstra credibilidade quanto aos fundamentos da economia brasileira no cenário internacional – declarou. A atitude do FMI em relação ao Brasil sinaliza, na sua opinião, que a política econômica do país é “confiável” e concorre para “estancar de vez a celeuma e a manipulação de dados” que se abateu sobre o mercado de capitais, gerando prejuízos para a sociedade.

Romero Jucá também destacou a postura “responsável” do presi-

dente Fernando Henrique Cardoso e da equipe econômica na condução desse processo. No seu ponto de vista, o empréstimo do FMI dará maior tranquilidade ao novo governo para implementar uma política de equilíbrio econômico. A fixação no acordo da meta de superávit primário de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB), já prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2003, e a manutenção de uma política de austeridade fiscal são elementos fundamentais para a conquista desse equilíbrio, frisou o senador.

PEDRO MALAN

Com a divulgação dos termos do acordo com o FMI, em entrevista concedida ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, Malan pode expor detalhes do acordo para os senadores já no próximo dia 20. A vinda dele ao Senado foi solicitada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apoiado por Jucá.

Para Heloísa Helena, o país desempenha papel subalterno

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse ontem que o acordo assinado pelo governo brasileiro com o FMI vai criar uma falsa sensação de estabilidade e, na verdade, aprofundar a grave crise econômica que vem paralisando o país. “Vivemos no Brasil em uma solidez de areia movediça, e a inserção do Brasil neste mundo globalizado de capitais voláteis é feita de uma forma que nos coloca em um papel subalterno, dependente, frágil”, destacou.

Heloísa acha que o Brasil tem estrutura econômica artificial, frágil, irreal, de tal forma que qualquer declaração inábil de uma autoridade do governo dos Estados Unidos, como o secretário do

Tesouro, Paul O'Neill, ou do FMI faz o dólar chegar às nuvens, as bolsas despencarem, empresas quebrarem, empregos desaparecerem de repente. “Quantos parques industriais foram destruídos e quantos empregos foram extintos neste Brasil de fantasia nos últimos anos? Ficamos em um debate inoperante sobre uma reforma tributária que nunca é feita seriamente, com uma falsa estabilidade, uma situação completamente artificial”, observou.

A senadora afirmou que não quer analisar em detalhes o acordo, porque o próprio candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou-se favorável.



Ademir defende renegociação da dívida como único caminho

Ademir Andrade (PSB-PA) classificou como “criminoso” o acordo assinado pelo governo brasileiro com o FMI. “É um acordo que compromete gravemente a população brasileira, engessa o próximo governo e é um verdadeiro acinte à soberania brasileira”, disse o senador. Para ele, a equipe econômica brasileira foi completamente irresponsável ao aceitar os termos do que foi proposto pela instituição.

– Vamos receber um dinheiro que não paga nem um terço dos juros da dívida. Vão tomar do povo brasileiro R\$ 50 bilhões por ano, dinheiro que deveria estar sendo aplicado em saúde, em edu-

cação, em saneamento básico. O Brasil não pode continuar pagando 18,5% de juros ao ano, o que representa mais de 12% de juros reais, isso é um crime que se comete contra a população.

Para Ademir, a situação financeira do país chegou a um nível insuportável, e não há nenhum outro caminho que não seja a renegociação da dívida. O senador insistiu no fato de que o montante do acordo não paga nem a terça parte dos juros, e que impor ao Brasil um superávit primário de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2005 é condenar a população a um estado de penúria, e o país à estagnação econômica.

Freire não garante adesão de Ciro Gomes ao documento

O senador Roberto Freire (PE), presidente nacional do PPS, disse ontem que o governo brasileiro e o FMI tiveram o bom senso de garantir a estabilidade para a eleição, mas que, como presidente de um partido que tem candidato a presidente da República, não pode garantir que, se eleito, seu candidato vá cumprir o acordo:

– Não é possível fazer um acordo às vésperas de uma eleição presidencial para que o governo seguinte cumpra. Não temos compromisso com esse acordo, por-

que a nossa intenção é mudar completamente as bases da política econômica. Não é possível seguir nesse rumo.

O FMI emprestou ao Brasil US\$ 30 bilhões e permitiu a redução do piso das reservas do Banco Central de US\$ 15 bilhões para US\$ 5 bilhões, além de exigir um superávit primário (receitas menos despesas, fora o pagamento de juros) de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2005. Oitenta por cento do dinheiro será liberado no ano que vem.

Suplicy espera retomada do crescimento

O governo precisa adotar uma política econômica que não deixe o país freqüentemente à mercê da forte instabilidade decorrente das ações dos grandes movimentos especulativos, afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

– É preciso no futuro evitar esta dependência tão grande que nos leva a estar solicitando ajuda ao FMI, e normalmente com a contrapartida de restrições à liberdade de ação do próprio governo.

Suplicy se mostrou otimista com as primeiras consequências do acordo com o Fundo. Para ele, o governo deverá agora dispor de reservas suficientes para diminuir os efeitos dos movimentos especulativos. Ele se disse esperançoso de que isso possa fazer a economia do país crescer.

O senador salientou, no entanto, a importância da audiência com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que deverá ocorrer no Senado no próximo dia 20. Na ocasião, conforme Eduardo Suplicy disse esperar, deverão ser conhecidos os instrumentos que o governo pretende adotar para fazer o país crescer e gerar empregos.

Suplicy criticou um certo “engessamento” que o acordo pode provocar nas ações do próximo governo, citando como exemplo a garantia de superávit primário de 3,75% do PIB nos próximos três anos.

– O acordo coloca limitações como este superávit, fora outros condicionantes que ainda não conhecemos na íntegra – ressaltou o senador.

José Jorge diz que ajuste não elimina risco eleitoral

O acordo com o FMI atuará no risco representado pelo final de governo, mas não conseguirá eliminar o chamado risco eleitoral. A avaliação foi feita ontem pelo senador José Jorge (PFL-PE). O mercado financeiro, segundo o parlamentar, está trabalhando

com esses dois riscos.

A primeira parcela de recursos do Fundo, de US\$ 6 bilhões do total previsto de US\$ 30 bilhões, e a redução do piso das reservas internacionais, com um aumento da disponibilidade de oferta da moeda norte-americana pelo Banco

Central de US\$ 10 bilhões, “deverão garantir maior liquidez à economia brasileira nesse final de governo”, disse José Jorge.

O ex-ministro de Minas e Energia do governo Fernando Henrique Cardoso está confiante em que a cotação do dólar deverá

cair em função do acordo com o FMI, trazendo reflexos positivos sobre os preços do petróleo e seus derivados. Mas acha que as reações do mercado financeiro em relação ao que intitula de “risco-eleição” dependem do perfil do futuro governo.

José Jorge: tabelamento não baixa preço do gás

Senador e ex-ministro de Minas e Energia sugere três medidas que considera mais eficazes: verificação da planilha de custos da Petrobras, combate à formação de cartéis e aperfeiçoamento do “auxílio-gás” para famílias carentes

O senador José Jorge (PFL-PE) disse ontem que o retorno do tabelamento do gás de cozinha não é alternativa para baixar os preços do produto ao consumidor. No passado, segundo ele, sempre que foi adotada, a medida “só serviu para desorganizar esse mercado”, onde a concorrência ainda é precária.

José Jorge defendeu três medidas para forçar a queda de preços ao consumidor. A primeira delas é uma ação direta da Agência Nacional do Petróleo (ANP) junto à Petrobras, para verificar a planilha de custos da estatal. Por enquanto, segundo o ex-ministro de Minas e Energia do governo Fernando Henrique Cardoso, a empresa continua suprimindo sozinho esse mercado. “As importações não foram viabilizadas porque a empresa deve

estar praticando valores que tornam a compra interna mais vantajosa”, explicou.

A segunda providência é mobilizar os órgãos de defesa do consumidor para combater a formação de cartéis. E a terceira medida apontada por José Jorge é agilizar o cadastramento específico do programa de subsídio às famílias carentes na compra mensal dos botijões, batizado de “auxílio-gás”, com a concessão pelo governo de R\$ 15,00 a cada dois meses.

Esse programa, instituído no primeiro semestre, garantiu recursos orçamentários de R\$ 955 milhões neste ano, dos quais devem ser gastos R\$ 780 milhões, de acordo com dados do Ministério de Minas e Energia. O senador informou que, além de utilizar o cadastro de programas sociais

como Bolsa-Escola, existe um próprio para o “auxílio-gás” que poderia ser ampliado. Ele adiantou que o orçamento federal para 2003 deve assegurar R\$ 1 bilhão para subsidiar as compras de gás pelas famílias mais pobres.

Para o senador, tanto a Petrobras quanto os revendedores são responsáveis pela elevação abusiva de preços. A liberação dos combustíveis nas refinarias ocorreu em janeiro deste ano, quando José Jorge comandava o ministério. Na época, lembrou ele, “foram feitas diversas reuniões com representantes do setor e um monitoramento dos preços para identificar algum abuso”. O parlamentar acha que o setor aproveitou a escalada do dólar para reajustar, de forma generalizada, os preços ao consumidor.

Agências devem defender consumidor, afirma Emilia

“No próximo governo, as agências reguladoras precisam ter como meta a defesa dos interesses dos consumidores e não apenas o favorecimento das operadoras.” A afirmação é da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), para quem, além de permitir aumentos indiscriminados nas tarifas públicas, as agências endurecem a legislação para punir os consumidores inadimplentes, mas não agem da mesma forma para punir as controladoras das empresas privatizadas, que praticam preços abusivos.

A senadora considerou um absurdo que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tenha sofrido corte de energia por inadimplência. Em decorrência desse corte, disse ela, vidas foram postas em risco, tanto as dos pacientes dos hospitais da UFRJ

quanto as das pessoas que ficaram presas nos elevadores.

– Esse episódio é vergonhoso – afirmou.

Ao privatizar as companhias distribuidoras, observou Emilia Fernandes, o governo Fernando Henrique deu início ao processo de encarecimento da energia elétrica no Brasil. E mais: ao usar a privatização para fazer caixa e garantir remuneração que incentivasse novos investimentos, a União “salgou” as contas de luz.

– Na verdade, salgou as contas de luz cobradas do cidadão comum. As empresas que ganharam de presente as distribuidoras energéticas, das mãos do governo brasileiro, só têm o que comemorar – frisou.

Emilia Fernandes disse também que o governo “entregou de ban-



Emilia considera absurdo o corte de energia na Universidade Federal do Rio de Janeiro

deja” aos novos controladores R\$ 2,4 bilhões para repor as perdas que tiveram com o racionamento de energia no ano passado. Ela lembrou que setores produtivos da sociedade, que enfrentam dificuldades para alavancar a economia, foram fortemente atingidos por esse esquema.

– Mas a ganância dos exploradores de tão estratégico e lucrativo setor parece não ter fim – lamentou Emilia.

José Cruz

Lobão elogia ação da Caixa para ampliar acesso a serviços

Lembrando que a noção de cidadania ampliou-se significativamente, incorporando até o acesso da população aos benefícios da economia de mercado, o senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou a Caixa Econômica Federal pelo lançamento da Conta Eletrônica Caixa Aqui, modalidade voltada para o público que não tem conta bancária.

Na avaliação do senador, esse é mais um passo na integração social de 25 milhões de famílias que não dispõem de qualquer serviço bancário. Ele informou que, entre 21 milhões de famílias com renda inferior a dez salários mínimos, o índice de acesso a serviços bancários é de apenas 20%. E lembrou que a rede bancária é concentrada geograficamente, com 60% das agências localizadas no Sudeste, havendo cerca de 2.100 municípios brasileiros sem nenhuma agência bancária convencional.

Para superar tal situação, disse o senador, a Caixa “soube utilizar-se da tecnologia e da ousadia que sempre caracterizou suas ações no



Edison Lobão diz que a Caixa “soube utilizar-se da tecnologia e da ousadia”

país”. Lobão explicou que a Caixa instalou uma antena parabólica em cada um desses pequenos municípios e os conectou via satélite ao Brasil moderno, iniciando o credenciamento de estabelecimentos como padarias, farmácias e açougues para prestar serviços financeiros.

– O Caixa Aqui é um marco nesses 141 anos da empresa, porque integra milhões de brasileiros às facilidades do sistema bancário, melhorando a qualidade de vida da população – observou Lobão.

Célio Azevedo

Moreira saúda presidente da confederação de turismo

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) parabenizou Moacyr Roberto Tesch Auersvald por sua reeleição para a presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh). A entidade, afirmou Moreira Mendes, é “grande parceira da Subcomissão de Turismo do Senado”.

Para o parlamentar, a recondução de Auersvald para presidir a Contratuh “foi consequência natural de uma luta de mais de dez anos em prol dos trabalhadores do turismo nacional”. Moreira Mendes informou que 6 milhões de trabalhadores atuam no setor em todo o país.

O senador afirmou que o novo mandato “demonstra o reconhecimento de eficiente gestão” de Auersvald à frente da entidade, que desfruta de “grande prestígio nacional”. A Contratuh é referência nas discussões sobre capaci-



Para Moreira Mendes, reeleição de Moacyr Auersvald foi reconhecimento de sua eficiência

tação e qualificação de mão-de-obra para o turismo.

Moreira Mendes acrescentou que a confederação “tem trabalhado pela criação de um Ministério do Turismo forte e eficiente”. Afirmou ainda que a entidade tem contribuído em campanhas de combate ao turismo sexual e ao trabalho infantil e pela criação de um telefone 0800 para atender ao turista nacional e estrangeiro.

Célio Azevedo

Maldaner quer estimular primeiro emprego

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou projeto que permite dobrar o número de trabalhadores contratados temporariamente, por prazo determinado, desde que o acréscimo decorra de contratação, para o primeiro emprego, de jovens entre 18 e 25 anos. Ele argumenta que é muito grande a dificuldade dos jovens para conseguir emprego, pois quase sempre se exige experiência anterior.

A Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de

1998, que criou a figura do “trabalho por tempo determinado”, que não cria vínculos posteriores, prevê limites para o número de empregados temporários em relação ao quadro de funcionários de cada empresa. Assim, para cada parcela inferior a 50 emprega-



Maldaner acredita que projeto pode facilitar emprego de jovens

Roosevelt Pinheiro

metade de temporários; entre 50 e 199 empregados, é possível manter 35% deles como temporários; e acima de 200 empregados, cada empresa pode manter 20% de temporários. Maldaner quer estimular o emprego de jovens dobrando esses números nos casos de primeiro emprego.